

ILMA. PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS - SES/GO.

Instrumento de Chamamento Público nº 03/2023 - SES/GO

Processo: 202300010023378

O INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO - IGH, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.858.570/0001-33, com sede na Rua das Hortênsias, n.º 668, 5º andar, Pituba, Salvador/BA, CEP 41.810-010, representado por seu Superintendente, Sr. Joel Sobral de Andrade, através de sua gerente de licitações, Sra. Priscila Oliveira de Almeida Souza, com fundamento nos arts. 5º, XXXIV e LV, "a", e 37, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com as determinações contidas na Lei 8.666/1993, mais precisamente o artigo 109, inciso I e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, na Lei 14.133/2021 em seu art. 165, inciso I e, ainda, com fulcro no item 11.3 do Edital, vem, perante V. Exa., interpor o **presente RECURSO ADMINISTRATIVO em face do Resultado da análise de HABILITAÇÃO da entidade HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS-HMTJ**, proferido por essa ilustre comissão no âmbito do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023**, cujo objeto é a seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia - Caio Louzada (**HEAPA**), localizado na Avenida Diamantes, esquina com Mucuri, quadra 2-A, S/N Setor Conde dos Arcos, Aparecida de Goiânia - Goiás, CEP: 74.969-105, pelos fatos e fundamentos que ora passa a expor.



1. TEMPESTIVIDADE:

Ab initio, cumpre ressaltar que o presente recurso é devidamente tempestivo e encontra amparo na legislação vigente, consoante restará demonstrado.

Compulsando-se os autos do processo, verifica-se que a decisão ora atacada foi veiculada no sítio eletrônico da Secretaria da Saúde no dia 14/02/2024, iniciando-se a contagem do prazo, no primeiro dia útil subsequente, qual seja, 15/02/2024.

Neste esteio, considerando a previsão editalícia para interposição de recurso de 03 (três) dias úteis – contida no item 11.3 do Edital (pág. 6), tem-se por *dies ad quem* 19/02/2024. Perfaz-se tempestivo, portanto, o presente apelo.

Em verdade, independentemente dos prazos e limitações impostos pela Lei de Licitações, observa-se necessidade constitucional acerca do recebimento das petições. Senão vejamos a Constituição Federal, art. 5º, *in verbis*:

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; (grifo nosso)

Ou seja, o recebimento e análise das manifestações em sede processo administrativo respeitam uma lógica de raiz constitucional, por conseguinte de caráter mais elevados do que as normas meramente procedimentais impostas pela legislação infraconstitucional ou mesmo os regramentos contidos no Edital.

A necessária análise dos elementos, contidos nas mais diversas formas de provocação do estado, visam resguardar a Administração de eventuais irregularidades, revela-se em **Poder-dever**. O respeito absoluto à lei (no sentido amplo) é fato garantidor do sucesso das empreitadas públicas, tradução elementar dos fundamentos da Administração Pública e do Direito Administrativo.



2. SÍNTESE DO PROCESSO

O Estado de Goiás, através da Comissão Interna de Contratos de Gestão em Serviços de Saúde SES/GO, está promovendo o presente certame, na modalidade Chamamento Público - tipo melhor técnica, com vistas a selecionar entidade de direito privado sem fins lucrativos caracterizada como organização da sociedade civil, com experiência prévia comprovada na gestão de unidades hospitalares com perfil de Média e Alta Complexidade, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no Hospital Estadual de Aparecida de Goiânia - Caio Louzada (HEAPA), localizado na Avenida Diamantes, esquina com Mucuri, quadra 2-A, S/N Setor Conde dos Arcos, Aparecida de Goiânia - Goiás, CEP: 74.969-105, no Estado de Goiás. Credenciaram-se para participar do chamamento 10 (dez) entidades.

Em 26/01/2024 às 14hs foi realizada a sessão de abertura do envelope de nº 2 – HABILITAÇÃO da instituição Classificada em 1º lugar, a saber, **HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS-HMTJ**, sendo informado pela comissão que a notificação do resultado seria divulgada no sítio eletrônico da SES/GO.

Após a análise dos documentos apresentados, a Comissão Interna proferiu a publicação do julgamento no sítio eletrônico da SES/GO em 14/02/2024 e, numa decisão manifestamente equivocada, data máxima vênua, decidiu pela Habilitação da entidade HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS.

Irresignado com a situação, vem o IGH, perante essa respeitosa comissão, interpor o presente recurso administrativo, baseado nas razões de fato e de direito a seguir delineadas.

3. RAZÕES RECURSAIS

3.1 DA EQUIVOCADA HABILITAÇÃO DO HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS-HMTJ

Da análise do balanço patrimonial apresentada, observa-se que o índice de liquidez corrente estaria abaixo de 1, contradizendo com o que é solicitado no edital do chamamento público. Vejamos:



Conforme parecer dos auditores independentes Lopes Machado, datado de 31/03/2023, no parágrafo relacionado a subvenções vencidas, existe registrado que a instituição acumulou um montante líquido vencido de R\$147.395.841,00, sendo que deste valor R\$59.085.392,00 correspondem a descredenciamento de contratos no Rio de Janeiro.

Os valores supracitados estão contabilizados no ativo circulante da instituição e eles são fundamentais para que a instituição atinja os patamares de índices de liquidez correntes igual ou superior a 1, que é condição fundamental de habilitação no certame. Se excluirmos esse valor de contas a receber de R\$147.395.841,00, cujo o auditor independente afirma não acreditar no seu recebimento, o índice de liquidez corrente cai para 0,09.

Mesmo tendo uma visão mais otimista em relação a esses créditos, digamos que, dos R\$147.395.841,00, que tem sido considerado como controverso pelos auditores independentes, se considerarmos que R\$59.085.392,00 é uma perda já concretizada, visto ser um contrato descontinuado em 2018, teríamos uma situação de índice de liquidez corrente de 0,25, também muito abaixo no mínimo estabelecido no edital para fins de habilitação.

Assim sendo, a inabilitação do HMTJ se fundamenta nos critérios estabelecidos no item 9.1.10.3 e 9.1.10.4, pág. 5, do edital de licitação, os quais têm respaldo na legislação vigente, incluindo a Lei de licitações e suas alterações, vejamos:

9.1.10.3. A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado, a ser formulada, formalizada e apresentada pela proponente, e assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

$$ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) \geq 1$$

$$ILC = (AC) / (PC) \geq 1 \quad ISG = AT / (PC+ELP) \geq 1$$

Em que:

ILG = Índice de Liquidez Geral

ILC = Índice de Liquidez Corrente

ISG = Índice de Solvência Geral

AT = Ativo Total AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável em Longo Prazo PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível em Longo Prazo



9.1.10.4. As instituições que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados no subitem anterior, estarão inabilitadas do presente certame.
(Grifamos)

Conforme expressamente previsto no edital, os licitantes são obrigados a atender a determinados índices financeiros como parte do processo de qualificação econômico-financeira. Esses índices são essenciais para garantir que os fornecedores possuam a capacidade financeira necessária para executar o contrato de forma satisfatória, minimizando riscos de inadimplemento e assegurando a continuidade dos serviços contratados.

No caso em questão, a entidade não logrou demonstrar conformidade com o índice de liquidez corrente exigido, conforme atestam os documentos apresentados durante a fase de habilitação. Especificamente, sua situação patrimonial revelou-se inadequada, não alcançando o índice mínimo de liquidez corrente estipulado no edital. Tal resultado evidencia uma fragilidade financeira que comprometeria a capacidade da empresa de cumprir com as obrigações contratuais assumidas, representando um potencial risco para a Administração Pública.

Os índices econômicos indicados no edital, destinam-se exclusivamente à seleção de entidade com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do contrato. O objetivo de tal exigência tem o fito prevenir a Administração Pública a contratação de empresas aventureiras, sem quaisquer responsabilidades e respaldo financeiro, pudessem vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não possuíssem a capacidade necessária para concluir o objeto da obrigação.

Por conseguinte, a empresa deverá dotar-se de capacidade financeira para, além de cumprir com toda a obrigação contratual, contar com possíveis atrasos no pagamento, conforme art. 78, inciso XV, da Lei nº 8.666/93.

Vale observar que a análise dos índices de liquidez das empresas se presta a verificar a probabilidade desta de honrar os compromissos e obrigações contratuais acordadas.



Assim, de acordo com o entendimento legislativo, jurisprudencial e doutrinário, é admitido como correta a adoção, por parte da Administração Pública, de índices de liquidez corrente entre 1,0 e 1,5 para avaliação da real situação financeira das empresas.

Portanto, com base nos princípios da isonomia, da legalidade e da busca pela melhor proposta para a Administração, a inabilitação da entidade em questão se justifica como uma medida de proteção dos interesses públicos, garantindo a seleção de fornecedores que apresentem condições financeiras sólidas e compatíveis com a execução do contrato, conforme preconizado pela legislação de licitações e pelo edital em vigor.

4. PEDIDOS

Ante aos fatos narrados e a razões de fato e de direito acima aduzidas e confiando nos trabalhos dessa I. Comissão, que uma vez alertada quanto ao equívoco apontado não se quedará inerte, espera e confia esta Organização que seja acolhida a presente Recurso, onde requer:

- 1) Requer que seja reformada decisão proferida por esta r. comissão, devendo ser inabilitada a entidade HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS no Chamamento Público nº. 003/2023, pelas razões expostas acima;
- 2) Caso a comissão entenda pela improcedência total ou parcial do presente recurso, requer a remessa do mesmo para análise da autoridade superior, como recurso hierárquico, bem como para análise da Procuradoria Jurídica;

Termos em que, pede e espera deferimento.

Salvador - BA, 19 de fevereiro de 2024.


Priscila Oliveira de Almeida Souza
Gerente de Licitações- IGH